

Prolegômenos acerca da noção de comunidade¹

Prolegomena on the idea of community

Júnior PINHEIRO²

Resumo

O presente artigo pretende oferecer subsídios teórico-conceituais que contribuam para aproximações analíticas acerca da noção de comunidade e das diferenciações entre a concepção deste organismo social e a compreensão de sociedade, por meio de um apontamento de alguns dos principais estudiosos da temática. Também propõe analisar as novas possibilidades do comunitarismo contemporâneo e suas relações com a cultura e os processos de identificação.

Palavras-chave: Comunidade. Sociedade. Comunitarismo.

Abstract

This article intends to offer theoretical-conceptual subsidies that contribute to analytical approximations about the notion of community and the differences between the conception of this social organism and the understanding of society, through an appointment of some of the main scholars on the subject. It also proposes to analyze the new possibilities of contemporary communitarianism and its relations with culture and identification processes.

Keywords: Community. Society. Communitarianism.

Introdução

Com o aprofundamento da cibercultura e suas novas possibilidades de interação e sociabilidade, o termo comunidade encontra-se cada vez mais presente nas análises acadêmicas, assim como nos diálogos do senso comum. Se o campo científico ainda tem se esmerado para interpretar os meandros e potencialidades das relações virtuais, não se

¹ Dedico este artigo ao amigo e professor Wellington José Pereira, que nos ensinou a ver poesia no cotidiano.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB).
E-mail: videologias@gmail.com

pode ignorar a relevância das redes sociais, especialmente naquilo que parece revelar novos padrões de comportamento, realização e vida em comum.

Etimologicamente a palavra comunidade, do latim *communitas*, pressupõe o ser em comum, estado de coexistência permeado de relações de mutualidades, partilhas e solidariedades. Desse modo, quando falamos de espírito comunitário, geralmente nos referimos ao vínculo humano que se organiza por laços afetivos, igualitários e não racionais e que se dá por meio da convivência e da comunicação, isso é, daquilo que é tornado comum, como a cultura e a história.

Durante as pesquisas desenvolvidas no âmbito do mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas da UFPB dediquei meu olhar à análise dos fenômenos relativos à comunicação comunitária, o que exigiu um mergulho no estado da arte sobre o conceito de comunidade e, conseqüentemente ao contato com diversas acepções a respeito das ideias sobre o tema. Diante da atual demanda sobre o referido termo, proponho este apontamento, a fim de subsidiar discussões concernentes com alguma fundamentação.

É preciso ressaltar que, longe de querer esgotar tema tão diverso e profundo, o presente artigo propõe um diálogo preliminar entre concepções e autores, integrando o alicerce teórico-conceitual da matéria, por meio de perspectivas basilares abrangentes.

Comunidade e sociedade

O conceito de comunidade tem sido abordado pela tradição sociológica, que dele tem se valido ao intentar explicar os processos de socialização e suas formas de organização e funcionamento. Contudo, antes do advento da Sociologia, o senso comum forneceu a ciências, como a Filosofia ou a Teologia, visões diversas acerca de comunidade e sociedade, desenvolvidas por meio de processos de depuração lógica, de bipolarização e de abstração generalizada.

De acordo com Florestan Fernandes (1973), os sociólogos herdaram, da linguagem comum, as diferentes acepções que foram aplicadas na formação dos dois conceitos e seus conseqüentes sistemas de referência conceitual. Diante das distinções culturais das civilizações e mesmo em conexão com formas extremamente diferenciadas de estratificação social, tais sistemas foram importantes para superar as possíveis leituras equivocadas do tema.

Embora não seja o primeiro autor a se aventurar na conceituação de comunidade, Ferdinand Tönnies é, para muitos estudiosos do tema, o ponto de partida para sua compreensão. Em 1887, o sociólogo alemão publicou importante estudo acerca dos tipos de relações sociais, estabelecendo sua conhecida dicotomia entre *gemeinschaft* e *gesellschaft*, comunidade em oposição à sociedade – duas maneiras de agrupamento, sendo uma motivada por uma vontade natural e a outra por interesses individuais.

A comunidade, para Tönnies (1973), é uma organização social pura, idealizada, orgânica e real, cuja motivação é afetiva. Seu conceito inclui as formas embrionárias de socialização, em estado primitivo e natural. Assim, contempla relações locais como aldeia, família e vizinhança, lugares onde estão presentes características como calor, aconchego e proteção. A fonte comum dessas relações é a vida vegetativa, que começa com o nascimento e se desenvolve nas relações familiares, nas quais seus membros se reconheçam enquanto portadores de laços históricos e sanguíneos.

Contrapondo a noção de comunidade, Tönnies estabeleceu o conceito de *gesellschaft*, a fim de contemplar o tipo de relação social que, segundo ele, surge com a modernidade, período em que são rejeitados os antigos estatutos de relacionamento baseados em afetos e solidariedade. Surge em cena a sociedade, enquanto comunidade da vida moderna, um ambiente mecânico e imaginário, com relacionamentos frios e objetivos mediados por normas estabelecidas pelas leis, pela opinião pública, ou orientados por interesses específicos, marcados pelos valores da individualidade.

Podemos então compreender sociedade como uma soma de indivíduos naturais e artificiais, cujas vontades e domínios se encontram em associações numerosas, mas que permanecem, entretanto, independentes uns dos outros e sem ação interior recíproca (TÖNNIES, 1973). Este pensamento é a base do que se convencionou chamar de sociedade civil, cujas relações estão baseadas no comércio, por exemplo. Tal entendimento contrapõe as noções de comunidade – um organismo vivo, e sociedade – um agregado mecânico e artificial.

A sociedade é o macro, o público, o universo, algo como uma terra estrangeira. O próprio autor adverte que, na sociedade, se diversas pessoas vivem umas ao lado das outras, de igual modo a uma comunidade, mesmo assim não estão organicamente unidas, mas separadas. Por outro lado, na comunidade, estão unidas, apesar de toda separação, pois existe algo maior que as une além dos limites geográficos.

Outros autores também se lançaram ao desafio da compreensão dos conceitos de comunidade e sociedade. Para o sociólogo alemão Hans Freyer, a primeira só pode ser compreendida enquanto parte da série temporal concreta das formas sociais fundamentais. O autor conceitua comunidade enquanto um mundo vital que é, essencialmente, unidade, capaz de reunir um grupo inteiro em um grande *nós*, e em cujo seio não há dominação. “Esse mundo constitui o espaço inevitável em que todos vivem e que, ao mesmo tempo, vive em todos, o espaço que imprime sua marca em todos e ao qual todos se acham vinculados” (FREYER, 1973, p.134).

Mesmo levando em conta as possíveis contradições às quais a comunidade estaria sujeita, diante da sociedade moderna, o sociólogo reafirma a capacidade de resistência e sobrevivência da mesma, graças a uma essência própria. A comunidade, de acordo com Freyer (1973) seria um corpo capaz de se renovar, constantemente, na sucessão de gerações, permanecendo uno e sobrevivendo diante de toda mudança. Onde quer que o mundo social circundante produza situações parciais características e conexões condicionais que situem frente ao exterior os homens inseridos nelas, já se encontram todas as pressuposições para a constituição da comunidade.

No século XX, o também alemão, Louis Wirth, sociólogo membro da Escola de Chicago, desenvolveu um estudo sobre as relações sociais, identificando três termos em torno dos quais deveriam girar os debates teóricos da temática: grupos sociais; comunidade e sociedade. Para Wirth (1973), grupo social é o mais amplo, descolorido e de sentido mais geral dos três conceitos e se refere a qualquer agregação ou associação de homens que podem ser considerados da mesma classe e com unidade própria; uma espécie de coesão de indivíduos. Este conceito de grupo social se distingue dos demais, por tratar-se de uma expressão genérica, ao passo que comunidade e sociedade são termos subordinados, que possuem relação correlativa e recíproca.

Comunidade e sociedade não são duas espécies de vida coletiva diferentes. Antes, são dois aspectos de toda vida grupal humana. Comunidade seria, de acordo com ele, uma relação orgânica, entre seres da mesma espécie ou de outra, por meio de bases simbióticas, como uma cultura comum, ou compartilhamento de experiências, atividades, objetivos e compreensão. Pode ainda significar vida grupal, base territorial, vida em conjunto fundada no parentesco e na interdependência econômica, ou numa correspondência mútua de interesses. Os indivíduos vivem em comunidade em virtude das coisas comuns que têm entre si. E a maneira pela qual passam a possuí-las em comum

é a comunicação. Desse modo, uma comunidade se caracteriza basicamente por dois aspectos, o de viver juntos e o de participar-se de uma vida em comum.

Louis Wirth desenvolve seu estudo no século XX, já em contexto avançado da modernidade. Por isso, é capaz de lançar mão de uma análise histórica diante do panorama atual. Historicamente, comunidade era uma expressão que ressaltava a unidade da vida em comum de um povo, um grupo primário em que as relações territoriais, de parentesco e de interesses eram mais fronteiriças do que é atualmente a forma de vida grupal prevalecente na civilização ocidental.

Quando, paulatinamente, a vida tradicional cede espaço para a civilização tecnológica, novas bases para a integração social surgem, mediando as ações coletivas e a interdependência. Nesta conjuntura, há uma mudança do contrato social das comunidades primárias para o Estado. Esta alteração trouxe consequências significativas para a vida em comum, provenientes dos conflitos entre atitudes, valores, personalidades, instituições e grupos econômicos, raciais, políticos e culturais.

Estes conflitos são indícios de mudança social e desorganização, podendo ser compreendidos como partes ou sintomas de uma configuração mais ampla e complexa de comunidade: a sociedade. Apesar da crença em que a ordem social resida no retorno aos laços locais de vizinhança, Wirth (1973) afirma que a civilização tem se dirigido à direção oposta, sendo praticamente impossível um retorno à comunidade tradicional, salvo renunciando-se às vantagens tecnológicas e culturais da vida presente.

Entre as décadas de 1930 e 1940, o sociólogo escocês, Robert Morrison MacIver produziu diversas obras a partir de estudos realizados sobre os conceitos e autores clássicos da sociologia. Enquanto lecionava na Universidade de Columbia, em Nova York, MacIver, juntamente com seu colega americano Charles H. Page, dedicou parte de seus esboços à análise dos conceitos de comunidade e sociedade.

Aproximando-se do conceito de Wirth, MacIver e Page compreendem comunidade e sociedade como partes interagentes e complementares. Para eles, a sociedade é uma organização que liberta e limita as atividades dos homens e estabelece padrões a serem seguidos e mantidos, sendo condição necessária à realização da vida.

A sociedade é um sistema de costumes e processos, de autoridade e auxílio mútuo, de muitos agrupamentos e divisões, de controles de comportamento humano e das liberdades. Esse sistema complexo, que está sofrendo modificações, chamamos sociedade. É a teia das relações sociais. E está sempre mudando (MACIVER; PAGE, 1973, p.117).

Para os autores, onde quer que membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem de interesses, ou das condições básicas de uma vida em comum, está estabelecida uma comunidade. O que caracteriza uma comunidade é a possibilidade de viver por completo e ter todas as suas relações sociais dentro dela. Não é possível viver inteiramente dentro de uma empresa comercial ou de uma igreja, mas pode-se viver totalmente dentro de uma tribo, ou de uma cidade.

MacIver e Page (1973) propõem que, numa sociedade, podem coexistir e interagir diversas comunidades. Diferentemente dos grupos tribais, cuja vida é autossuficiente, as comunidades modernas, mesmo as muito grandes, são muito menos autônomas e independentes. Desse modo, é possível se viver numa metrópole e ainda assim ser membro de uma comunidade muito pequena, caso os interesses pessoais estejam circunscritos dentro de uma estreita área. Por outro lado, pode-se morar numa aldeia e, ainda assim, pertencer a uma comunidade tão grande quanto à civilização.

Enquanto área da vida social, assinalada por certo grau de coesão social, a comunidade possui como bases coexistentes, segundo MacIver e Page (1973), a localidade e o sentimento de comunidade. A primeira diz respeito à área territorial a qual uma comunidade sempre ocupa. Ainda que se trate de um grupo nômade, ele terá uma habitação local, mesmo que provisória. Em dado momento, seus membros ocupam juntos um lugar definido na superfície da terra. É verdade que a extensão em comunicação é, por si, condição de uma comunidade maior. Ainda assim, é territorial. Quanto ao sentimento comunitário, os autores afirmam que, apesar da comunidade ser uma área de vida comum, nem toda vizinhança é uma comunidade, pois partilhar o mesmo espaço não assegura a existência de um sentimento de coparticipação.

MacIver e Page (1973) não negam as consequências da modernidade sobre as comunidades primitivas e autossuficientes. De acordo com os mesmos, a civilização moderna desencadeia forças que rompem o isolacionismo das grandes ou pequenas comunidades. Essas forças são, em parte, tecnológicas, por conta do aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte; em parte, econômicas, graças à procura de mercados e de áreas mais amplas de intercâmbio econômico, requeridas pelos novos processos de produção industrial; e em parte culturais, visto que o pensamento, a arte e a ciência de um país, quaisquer que sejam as barreiras temporárias da construção ideológica e política, são levados nas asas da civilização para outros países.

Em seus estudos, MacIver e Page (1973) costumam empregar também o termo grande comunidade para se referir ao que Tönnies denomina sociedade, em contraposição às pequenas comunidades. Para a dupla de sociólogos, todo ser civilizado necessita tanto de pequenos quanto dos grandes círculos comunitários. Enquanto a grande comunidade traz oportunidade, estabilidade econômica e proporciona paz, segurança, proteção e uma cultura mais variada, a comunidade menor oferece proximidade e relações mais íntimas, como as amizades.

Os autores chamam a atenção para a necessidade da distinção de outras formas de relações sociais, como grupo, classe e associação. Por grupo, eles se referem a qualquer reunião de seres sociais que se relacionam entre si. Um grupo envolve reciprocidade entre seus membros. Quando um grupo se torna expressamente organizado em torno de um interesse peculiar, configura-se uma associação.

Há muitas formas e tipos de grupos sociais, classe e multidão. Entretanto, quando se fala de classe social, ou mesmo de comunidade, não se está falando de uma associação. Uma classe não é um grupo expressamente organizado em torno de objetivos. Nem tampouco uma multidão é uma associação, embora a primeira, caso se organize para atingir interesses específicos, possa tornar-se, temporariamente, uma associação. Conquanto uma associação não seja uma comunidade, pode se configurar numa organização dentro da mesma e, em alguns casos, pode se transformar, temporariamente, em comunidade.

Também segundo MacIver e Page (1973), na sociedade contemporânea, em todas as civilizações complexas, a família, no que tange aos seus membros adultos, torna-se mais uma associação que uma comunidade, pois possui partes contratantes e finalidades bem definidas. Entretanto, para as novas vidas que nascem dela, é mais que uma associação, é uma comunidade preliminar que prepara para a comunidade maior.

Por fim, numa concepção mais contemporânea, Agnes Heller (2004) propõe que, além da dicotomia entre comunidade e sociedade, existe também uma bifurcação no próprio conceito de comunitarismo. Tal consideração pressupõe que, além das comunidades naturais, o indivíduo também experimenta a condição de pertencimento às comunidades escolhidas. Esta condição, embora não seja nova – a autora cita, por exemplo, os movimentos heréticos da Idade Média, tendo laços mais fortes que os da própria igreja oficial – ganha maior intensidade após o advento da modernidade, quando há uma espécie de crise nas comunidades orgânicas. Para a socióloga húngara,

A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se *estar lançado* nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido (HELLER, 2004, p. 70).

Do ponto de vista clássico, o homem encontra-se inserido, durante toda a sua vida, em poucas comunidades, sendo muito pequeno o seu poder de decisão sobre o pertencimento, principalmente por ser naturalmente lançado nestas, quase sempre por tradição. Entretanto, mesmo nas comunidades orgânicas, é possível ao sujeito estabelecer sua individualidade. O que ocorre, contudo, é que ao desenvolver suas capacidades e características individuais, ele o faz no seio da própria comunidade.

Em contraponto, o indivíduo contemporâneo é capaz de pertencer a numerosos grupos, por analogia de interesses e objetivos. Se no modelo tradicional quase não há hierarquia entre as comunidades, no contexto atual são as finalidades que hierarquizam os grupos. A inserção de um indivíduo em determinado grupo se dá por escolha pessoal, exceto nas comunidades orgânicas que ainda resistem, como a família, por exemplo, a qual não pode ser objeto de uma escolha livre. À medida que as individualidades se aproximam, elas constroem grupos sociais que podem vir a se converter em comunidades. Nem todo grupo pode ser considerado uma comunidade, mas qualquer grupo pode chegar a tal condição (HELLER, 2004).

O sujeito contemporâneo, ao se integrar em uma comunidade, não mais está preso a ela, como nas comunidades tradicionais. Ele pode permanecer em tal grupo por um longo tempo, ou apenas casualmente, enquanto durarem seus interesses e motivações. Estas podem se dar por uma necessidade exterior, estando atrelada a vínculos sociais, condições de classe ou atividades profissionais ou de lazer, ou podem ocorrer motivadas por uma necessidade interna, em consequência de uma escolha individual. Em tais casos, é exatamente o fato de ser um indivíduo que dá ao mesmo a capacidade e a oportunidade de escolher uma comunidade.

Se muito se tem falado das transformações que vêm ocorrendo nas relações sociais, principalmente após a modernidade, e como estas têm afetado e modificado, de forma irreduzível, as comunidades tradicionais, também cabe ressaltar que a referida crise

acabou também por garantir novos espaços para o desenvolvimento identitário, o protagonismo dos indivíduos e novas formas de organização comunitária.

Comunidades em crise

As repercussões da modernidade podem ser sentidas em diversos campos, como a economia, a política, a geografia e a cultura, principalmente por conta dos processos que decorrem a partir do seu desenvolvimento, como a globalização e o capitalismo, os quais, para alguns autores, interferiam diretamente nas práticas sociais, especialmente por conta das relações industriais, comerciais e dos avanços tecnológicos.

Anthony Giddens (1991) afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade rompem, de uma maneira profunda e sem precedentes, com os tipos tradicionais de ordem social. Concomitantemente, as inovações tecnológicas e a difusão e o maior acesso às informações culminaram em processos de apropriação e ressignificação cultural, ocasionando cruzamentos, em vários níveis e intensidades, entre o local e o global.

A globalização cultural, econômica e informacional rompeu com as lógicas tradicionais de tempo e espaço, interferindo nas vidas íntimas dos indivíduos e seus cotidianos, suas relações pessoais e de confiança, bem como em suas identidades. Como consequência, relações humanas baseadas no comunitarismo também sofreram alterações significativas. É no que acreditam Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), ao avaliarem uma possível crise de sentido, nas comunidades e identidades, ocasionada pelo pluralismo sociocultural moderno.

Para os autores, o sentido se constitui na consciência humana, a qual se individualizou num corpo e se tornou pessoa por meio dos processos sociais. É por meio das relações interpessoais que o ser humano se torna uma pessoa, um ser dotado de consciência, individualidade, corporalidade específica, sociabilidade e formação histórico-social da identidade pessoal.

As instituições sociais, mais especificamente as comunidades tradicionais e orgânicas, as quais Berger e Luckmann (2004) denominam de comunidades de vida, são lugares de segurança, vitais para a manutenção do sentido estabelecido. A grande causa da crise apontada por eles seriam a ruptura rápida e a descentralização dos sistemas de valores e das reservas de sentido e a ausência de um novo centro que ocupe seu lugar.

As instituições sociais são responsáveis diretas pelas múltiplas significâncias da experiência e da ação da vida humana; espaços para o desenvolvimento do papel do indivíduo como consumidor de sentido, mas também, como produtor de sentido. Nas comunidades de vida, as ações se repetem com regularidade e seus integrantes depositam confiança uns nos outros. Tais condições são imprescindíveis para relações sociais duráveis. Tais relações são simples, em sociedades arcaicas, ou mesmo nas culturas tradicionais mais avançadas, nas quais o sentido da individualidade é introduzido, sem grandes rupturas, no sentido geral da conduta de vida, estando vinculado a um sistema de valores coerentes.

Em tais grupos, tão importante quando o controle da produção de sentido é a comunicação deste sentido. É graças à maneira como os valores são informados e interpretados e o controle sobre quem o faz e quantas pessoas o podem fazer que se torna mais fácil a manutenção das crenças e laços, nestes grupos. A modernidade questiona, em todo o tempo, a autoridade de quem se propõe a ser porta-voz de valores, além de possibilitar um maior acesso às informações, a partir de fontes diversas, principalmente por conta da mídia.

Mesmo na modernidade, naturalmente ainda existem instituições sociais que preservaram, ou incorporaram certos valores tradicionais e que comunicam o sentido das ações para suas áreas operacionais, a fim de gerar e difundir sentidos para a conduta da vida, sem, contudo alcançar grande êxito. Mesmo alguns indivíduos que escolhem pertencer a estes grupos, podem também o fazer enquanto participam de outros grupos, às vezes, antagônicos. O pluralismo moderno conduz a um forte processo de relativização dos sistemas de valores e de interpretação. Os antigos sistemas e reservas são *descanonizados* e descentralizados, causando certa desorientação de indivíduos e de grupos inteiros, uma crise advinda por conta do pluralismo de sentidos.

O fácil acesso a todo tipo de informação leva os indivíduos a se sentirem num *supermercado de valores*, os quais podem ser incorporados em qualquer tempo e com qualquer finalidade, sem terem, entretanto, as raízes que garantiam sua durabilidade. Fugidios, tornam-se ainda mais frágeis quando são amalgamados com outros de origens diversas. O pluralismo, a crise das autoridades institucionais e a conseqüente alienação e anomia caracterizam a dificuldade das pessoas de encontrar um caminho no mundo moderno (BERGER; LUCKMANN, 2004).

É preciso ressaltar que a dissolução das comunidades tradicionais não podem ser vistas apenas como algo negativo. O acesso à informação e à comunicação admitiu um maior avanço na produção do conhecimento, ampliou a pauta dos movimentos sociais e permitiu aos sujeitos exercerem sua individualidade para além de seu clã, escolhendo outras possibilidades culturais, profissionais e de crença, e com o poder de construir uma família sobre a base de sua opção individual, não estando preso às indicações de sua família (HELLER, 2004). Tal poder de escolha deu aos indivíduos as condições para estabelecerem suas identidades, mesmos as de caráter passageiro, as contraditórias e as superficiais.

Por outro lado, o rompimento com as noções de espaço e tempo, com a ideia de pertencimento circunscrito a uma região e uma cultura e com as instituições tradicionais trouxeram, como consequências, impressões de insegurança e de solidão, atrelando o conceito de comunidade à sensação de segurança e pertencimento. Zygmunt Bauman (2003) indica que os indivíduos sentem falta de comunidade porque sentem falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, a qual o mundo atual é cada vez mais relutante em prometer e menos capaz de oferecer.

O imaginário que envolve o termo comunidade transmite a ideia de um lugar cálido, confortável e aconchegante, capaz de oferecer abrigo e calor, ao mesmo tempo em que oferece uma espécie de muro de proteção contra os perigos existentes do lado de fora. Ainda, a ideia de comunidade sugere viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas, em quem se pode confiar e se apoiar, em tempos de competição, desprezo pelos mais fracos, e ausência de amparo e ajuda (BAUMAN, 2003).

Entretanto, este ideal de comunidade está vinculado mais a questões éticas que estéticas, pois precisa ser tecida com base em compromissos de longo prazo, voltados ao bem-estar coletivo, às garantias dos direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis. Tal ética estaria vinculada ao compartilhamento fraterno, capaz de reafirmar o direito de todos diante das adversidades externas, mas também contra as desventuras internas, riscos inerentes à vida individual.

Existe, entretanto, um preço a se pagar pelo privilégio de se viver em comunidade. Tal preço se dá, ainda segundo Zygmunt Bauman (2003), na forma da diminuição da liberdade individual, da autonomia e do direito à auto-afirmação e à identidade. Para o autor, ao escolher fazer parte de um grupo, você aceita suas normas e regras, abrindo mão das opções individuais. Independente da escolha feita, ganha-se

alguma coisa e perde-se outra. Se não pertencer a uma comunidade representa ausência de proteção; alcançar uma comunidade pode significar perder a liberdade. Estariam contrapostas, dessa forma, as noções de comunidade e individualidade.

Extremismos à parte, na prática, a comunidade apresenta conflitos internos, como qualquer outro grupo social – tome-se a família, por exemplo – e promove consensos de ideais que podem beirar a homogeneização, à primeira vista. Entretanto, o grande diferencial entre o conceito de comunidade para o conceito de massa – enquanto agrupamentos humanos – é exatamente a não existência de uma mensagem homogênea permeando o grupo. Há, sim, afinidades de ideias, por conta das quais houve a aproximação dos indivíduos com aquela comunidade. Na atual conjuntura, em que o comunitarismo se dá por escolhas, as ideias afins e os conjuntos de sentidos e valores vêm antes da formação da comunidade que são, por tais condições, formadas.

Ainda, diante de uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista, permeada por laços e afetos rasos e interesseiros, a comunidade, mesmo a recriada, ainda oferece aos sujeitos a condição de exercer sua individualidade, mas sem o espírito de competição, afinal, o indivíduo encontra-se entre semelhantes, do ponto de vista de interesses, ou entre diferentes, mas capazes de respeitar as alteridades e suas escolhas.

Bauman (2003) apresenta o comunitarismo como uma filosofia dos mais fracos, que não possuem outros meios de assegurar proteção, resistência e voz. Diante de uma realidade opressora, escolhem então unirem-se para serem mais fortes. Já para os poderosos e bem-sucedidos, vale o ideal do esforço pessoal e do mérito próprio para assegurar valor às suas conquistas. Para estes, o desejo de dignidade, mérito e honra exige a negação da comunidade. Por este motivo é que, cada vez mais, a noção de comunidade está vinculada às minorias e às populações periféricas dos grandes centros urbanos ou de localidade rurais.

Comunitarismo contemporâneo e novas possibilidades

A compreensão atual a respeito da ideia de comunidade está vinculada à noção de identificação pessoal: processos eletivos que conduzem ao estreitamento das relações interpessoais carregadas de sentidos de pertencimento. Diferentemente da visão clássica, quando o sujeito nascia já inserido num contexto comunitário e ali permanecia durante toda a sua vida, o indivíduo moderno tem a possibilidade de escolher grande parte das

suas experiências sociais e públicas, situadas entre o convívio familiar e a sociedade. Antes de serem vivenciadas, contudo, as comunidades são imaginadas, desejadas e sua escolha, por parte do indivíduo, se dá a fim de suprir este desejo.

Uma vez que a comunidade tradicional não existe mais, aquela forma de grupo que agregava o indivíduo, absorvendo-o em seu lazer, profissão, religião, já não vigora. Em seu lugar ergue-se uma diversidade de grupos que o indivíduo frequenta, participa, descentralizando seus múltiplos interesses. Os agrupamentos são distintos e não poderia ser de outra maneira, já que a sociedade apresenta-se marcada por outras relações, principalmente as econômicas (PAIVA, 1998, p.18).

Esses novos modelos de comunitarismo, advindos por meio das transformações modernas, podem se dar a partir de motivações distintas e valer-se de estratégias diversas para sua manutenção. Como já apontando em Zygmunt Bauman (2003), fazer parte de uma comunidade assegura proteção e apoio mútuos, voz e formas de resistência, condições caras, em tempos de individualismos e inseguranças. Há uma urgência em pertencer, ainda que fluida e passível de mutações, a qual reagrupa pessoas, por meio de identificações e buscas por sensações de segurança.

Na cotidianidade contemporânea, identidades são experiências individuais, baseadas em experiências, desejos e elaborações idiossincráticas a partir das culturas locais e globais. Entretanto, construí-las solitariamente mostram-se um empreendimento precário e frágil. Processos de identificação relacionam desejos, opiniões, medos e ansiedades vivenciados individualmente em grandes feixes produzidos em conjunto, a partir da companhia e das experiências de outros indivíduos em situação semelhante.

Esse neocomunitarismo, a quem o sociólogo francês Michel Maffesoli (2006) chama de neotribalismo, propõe importante questionamento à noção de desencantamento da modernidade e a concepção de que a sociedade ocidentalizada vem passando por um processo de atomização, baseado no fortalecimento das experiências individuais. Ele analisa o declínio do individualismo, na sociedade contemporânea e a formação de novos agrupamentos por meio da partilha de ideias e experiências.

A sociedade moderna tem uma estrutura mecânica de comportamento baseada no funcionalismo e nas relações dos indivíduos com os objetivos estabelecidos pelos grupos e organizações econômicas, políticas e sociais. Paradoxalmente, Maffesoli aponta para um processo de reencantamento do mundo e do retorno de ideais comunitários, com o crescimento de microgrupos. As relações nessas pequenas estruturas permitem que seus

participantes estabeleçam relações mais profundas entre si, permeadas de percepções a respeito ao outro.

São estes grupos atuais que Maffesoli (2006) chama de novas tribos, as quais são baseadas em afetos e que não apresentam fins específicos, metas, objetivos, mas apenas a vontade de estar juntos, reunidos e compartilhando experiências em processos de socialidade, estrutura complexa e orgânica que se sobrepõe ao social e que possibilita às pessoas que se inserem nos grupos que o façam por suas próprias escolhas e desejos e que desempenhem os papéis que lhes aprouverem.

Na visão de Maffesoli (2006), todas as estruturas sociais atuais estão cada vez mais permeadas pelo processo tribal – uma efervescência da vontade de *estar junto* – em função de desejos comuns, solidariedades, relações de amizade ou preferências filosóficas e religiosas. O universo das ideias compartilhadas, no cotidiano das comunidades e instituições, está carregado de sentidos que são expressões claras do tempo atual – o tempo das tribos – o qual nos chama a atenção para a importância do sentimento de pertencimento como fundamento essencial de toda vida social.

A elaboração dessas novas formas de relações humanas e o reencantamento do mundo não seria possível sem as aproximações sensíveis com o outro e com a vida cotidiana, onde se destaca o papel da estética, que desempenha importante função na constituição e manutenção dos microgrupos. Com origem etimológica no grego *aisthesis*, cujo significado está vinculado às noções de sensibilidade, experiência e percepção que conduz ao conhecimento sensível, a estética é a propriedade de sentir e experimentar o mundo.

O espírito deste *sentir em comum*, que muito se aproxima da noção original de comunidade, ou seja, o *ser em comum*, funciona como aglutinador ou, nas palavras de Maffesoli, um religante. Ele surge nas relações permeadas pela sensibilidade, mais do que pela razão, e na partilha grupal de sentimentos e emoções. Os elementos que permitem a difusão e a percepção das representações acerca do mundo são os responsáveis por constituir a identidade do grupo e conferir sentido à sua existência.

Esses processos de correspondência estéticos – o sentir e o experimentar em comum – favorecem um *estar junto*, quando se pode encontrar o outro e partilhar com ele emoções e sentimentos semelhantes. Nesse novo ideal comunitário, já não importam mais os espaços geográficos e os laços históricos, mas as afinidades sensíveis, gostos e desejos.

As imagens, o imaginário, a memória são religantes que conduzem ao retorno de um ideal comunitário.

No balanço cíclico dos valores sociais, assiste-se ao retorno do ideal comunitário, em detrimento do ideal societário. Uma tal pulsão comunitária é encontrada no que chamei de tribalismo pós-moderno, cujos efeitos se fazem sentir tanto nas efervescências juvenis, quanto na multiplicação das agregações que foram elaboradas a partir dos gostos sexuais, culturais, religiosos ou até mesmo políticos.” (MAFFESOLI, 1995, p.54)

Raquel Paiva (1998) ratifica o entendimento de seus contemporâneos a respeito da relevância e da significação da comunidade para os indivíduos, especialmente no que se refere à necessidade de pertencimento e identificação e cujo empenho está vinculado também ao desenvolvimento de suas identidades. Ao sentimento que permeia a busca por vínculos sociais e a constituição comunitária, a autora denomina *espírito comum*, capaz de criar novos laços e ressignificar os sentidos da existência e das relações humanas, das trocas e partilhas, dos sentimentos de fraternidade e comunhão. A comunidade, enquanto lugar de ser e existir, se torna também um local de trocas reais e simbólicas que se dão através dos encontros e envolvimento constantes entre o indivíduo e o grupo, em que ambos exercem e sofrem influências.

Essas novas comunidades, no entanto, se distanciam das noções comunitárias da idade média ou da aristocracia, que eram voltadas à configuração do grupo familiar. Na contemporaneidade, em vez de serem constituídas por identidades nacionais ou tradições religiosas, ou ainda mantidas por questões geográficas, o comunitarismo é definido por meio de elementos como identidade, afinidade ou solidariedade. Nessa ação, é preciso ressaltar o papel das mensagens midiáticas no imaginário social e na constante elaboração dos desejos, comportamentos e opiniões, os quais interferem na formação das identidades e, por consequência, das comunidades de interesses.

Mesmo nas configurações clássicas, a comunicação, o *tornar comum*, sempre foi cerne do comunitarismo, o *ser em comum*. O que Maffesoli e Paiva intentam mostrar, cada um à sua maneira, é como as percepções sensíveis da estética estão reconfigurando as relações sociais e reacendendo o espírito comunitário. Na contemporaneidade, muitas dessas percepções advêm das mensagens midiáticas. Reafirmar a relação entre comunidade e comunicação é fundamental, pois o tornar comum conduz ao ser em comum – comunicar o sentido comunitário a fim de agregar os semelhantes numa convivência segura e harmônica, que traz a sensação de pertencer e obter voz,

características que diferem as noções de comunidade e sociedade.

De acordo com Silverstone (2011), o que diferencia a comunidade dos outros tipos de agrupamento é a existência de um sentimento reivindicatório, o qual permeia os ideais do grupo; a possibilidade de participação ativa e organizacional por parte de seus membros e a possibilidade de partilhar bens, ideias, afinidades e lutas. Essa partilha, questão central do ideal comunitário, toma outras proporções na era da informação

em que se alega que a comunidade e, com ela, um certo senso de identidade e autenticidade podem ser encontrados, não no mundo das relações face a face – há muito consideradas destruídas pela marcha implacável da modernidade – mas nas substituições do real pelo eletrônico e pelo virtual: passar de off-line para on-line, e outras coisas mais. Novas formas de relação social, novas formas de participação, novas formas de cidadania, tudo parece possível no espaço eletrônico (SILVERSTONE, 2011, p.184).

Considerações finais

Antes da modernidade, as comunidades possuíam uma composição simbólica e material expressada e preservada em tradições. A partir da era moderna, há uma ampliação do raio de ação da cultura e dos valores coletivos, que passaram a ser construídos em torno de elementos cotidianos e nos significados mediados pela cultura midiática. Como afirma Silverstone (2011), as fronteiras atuais das comunidades podem ser definidas de outras formas, em que a mídia é fundamental. Quando pensamos a comunidade por meio das mensagens comunicacionais, detectamos agendas políticas, sociais e culturais que revelam um apelo direto por identificação e participação.

A comunicação se apresenta enquanto força capaz de compartilhar informações, conceitos e valores, dando real sentido ao ideal de tornar comum, colaborando para um olhar diferenciado sobre a vida, a interpretação do mundo e a intervenção no real. Ao funcionar como uma espécie de religante, oferece ao indivíduo a sensação de pertencer, cujo valor, no contexto atual, é inestimável.

Raquel Paiva (1998) ratifica o papel atual da comunicação como estratégia de recriação, reforço e manutenção do espírito comum. Com a expansão informacional, o mundo passou a não ter fronteiras, distâncias foram reduzidas, relações espaço-temporais foram modificadas, criando um novo lugar: o virtual, que assim como a vida real encontra-se mediado pela tecnologia e pelo comunicar. A cibercultura ampliou e potencializou a partilha, o sentir o mundo e a sensação de pertencimento.

A valorização da diversidade sociocultural e a possibilidade de se expressar, de ter voz, não só aumenta a autoestima dos indivíduos como coopera para o reforço das identidades. Ao se perceberem enquanto parte de um grupo, com interesses, valores, reivindicações e situações de classe semelhantes, promovem uma aproximação sensível, abrindo caminhos para o desenvolvimento de um espírito comum capaz de transformar um grupo social em comunidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003;
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004;
- FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973;
- FREYER, Hans. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973;
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991;
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004;
- MACIVER, Robert Morrison; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973;
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995;
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006;
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998;
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2011;
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973;
- WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.